

ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

REAJUSTE SALARIAL DOCENTE:

GOVERNO AINDA NÃO SE PRONUNCIOU A RESPEITO DE PROPOSTA APRESENTADA, EM DEZEMBRO DO ANO PASSADO, PELOS REPRESENTANTES DOCENTES E PELAS REITORIAS.

BREVE RETROSPECTIVA DO ANO DE 2007

Em meados de dezembro/2006, a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade o projeto de lei nº 542/2006, que propunha a equiparação do piso salarial dos docentes ao dos servidores técnicos de nível superior. Entretanto, ainda em dezembro/2006, o governador Requião vetou tal projeto.

Em março/2007 representantes dos docentes reuniram-se em Curitiba com 3 secretários de estado (SETI, SEAP, SEPL) e com o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, deputado Luiz Romanelli, para tratar do reajuste salarial docente. Nessa reunião os representantes do governo informaram que a equiparação salarial entre docentes e técnicos administrativos, prevista no Projeto de Lei nº 542/2006, estava descartada. O governo alegava que o Projeto era inconstitucional e, mesmo que os deputados derrubassem o veto, o governador não iria implantar o reajuste proposto e, se necessário, entraria com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal. Em contrapartida, o Governo propôs a constituição de um Grupo Técnico, composto por representantes do governo e por representantes dos docentes.

O Grupo Técnico foi instalado dia 14 de março para “fazer levantamento de dados referentes à remuneração dos docentes das IEES”. De acordo com o governo, tal levantamento seria o processo prévio à instalação do processo de negociação do reajuste salarial docente. Entretanto, antes mesmo da conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico e da “instalação do processo de negociação”, a secretária Lygia Pupatto convidou as entidades representativas dos docentes para participarem de reunião em Curitiba, dia 23 de abril, onde anunciou o reajuste salarial de 6,57%.

Em julho, o Governo estadual implantou o reajuste salarial anunciado em abril. Tal reajuste, no caso dos docentes efetivos¹, foi retroativo a 1º maio (nova data base dos servidores públicos). Descontentes com o insuficiente reajuste, que não repunha sequer as perdas inflacionárias acumuladas, os docentes mobilizaram-se para reivindicar um reajuste que equiparasse seus salários aos de outras universidades públicas.

O descontentamento dos docentes culminou em paralisação unificada de advertência em todas as universidades (20 de junho), e indicativo de greve, a ser apreciado em Assembléias Docentes, dia 1º de agosto, em todas as universidades. Em meados de julho a SETI propôs a criação de um Grupo de Trabalho para “discutir a reestruturação da carreira ou outras medidas emergenciais para recompor perdas salariais”.

As Assembléias Docentes foram realizadas dia 1º de agosto e avaliaram a proposta de Indicativo de Greve e de criação do Grupo de Trabalho. A maioria das assembléias rejeitou o indicativo de greve. Somente os docentes da Unioeste e da UEPG deliberaram favoravelmente à greve por tempo determinado. Na Unioeste os docentes paralisaram as suas atividades por três dias e na UEPG por um dia. Na UEL e na UEM os docentes rejeitaram o indicativo de greve e deliberaram pela participação no “Grupo de Trabalho proposto pelo governo”. Na Unicentro, devido ao recesso acadêmico, não foi realizada a Assembléia Docente.

Posteriormente, na Unioeste, em Assembléia Unificada de Docentes, realizada dia 9 de agosto, deliberou-se também pela participação no “Grupo de Trabalho” proposto pelo Governo.

No dia 21 de agosto, no mesmo dia da instalação do “Grupo de Trabalho para Revisão da Carreira Docente”, na Unioeste e na Unicentro, os docentes paralisaram as suas atividades para indicar ao Governo a insatisfação em relação à ausência de negociações efetivas para solucionar o problema salarial.

Quanto ao Grupo de Trabalho a diretoria da Adunioeste indicava que a instalação do mesmo poderia ser um caminho para viabilizar a melhoria salarial. Porém, o início das atividades do “Grupo de Trabalho” não garantiria por si só a reposição de nossas perdas salariais e muitas vezes a instalação de “Grupos de Trabalho”, de “Grupos Técnicos” e/ou “Mesas Permanentes de Negociação” tem sido utilizada por diferentes governos para postergar o atendimento de reivindicações dos servidores públicos. Caberia aos docentes, por meio de sua organização coletiva, estabelecer uma correlação de forças que obrigasse o governo estadual a colocar no topo de suas prioridades o reajuste salarial docente.

O “Grupo de Trabalho para Revisão da Carreira Docente”, instalado dia 21 de agosto, encerrou os seus trabalhos somente no dia 18 de dezembro de 2007, com a aprovação de “Relatório Final de Atividades”.

¹ Os aposentados e pensionistas receberam o reajuste a partir de julho e não foram contemplados com o reajuste retroativo a 1º de maio. Até a presente data o Governo Requião não pagou os meses de maio e junho/2007 aos aposentados e pensionistas.

Entretanto, os representantes do Governo não aceitaram que no Relatório constasse a definição de um percentual de reajuste ou a determinação de um montante de recursos para custear a revisão da carreira docente. O representante da Seti assumiu o compromisso de encaminhar ao governador a proposta de um piso e de uma malha salarial apresentada pelos representantes docentes e das administrações das IEES como adendo ao Relatório Final.

Em função do posicionamento do governo, os representantes dos docentes e das administrações superiores reuniram-se separadamente e formalizaram como Adendo ao Relatório Final, uma proposta de piso salarial no valor de R\$ 2.088,00 para o nível único de Professor Auxiliar de Ensino T40. Foi solicitado também que, enquanto o governo não implantasse o novo piso salarial, fosse concedido um abono emergencial proporcional, a partir de dezembro de 2007, ao regime de trabalho de cada docente, no valor de R\$ 600,00 para o regime T-40, para os demais regimes, o valor seria calculado proporcionalmente ao salário-base de cada um.

No dia 18 de dezembro, o “Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho” foi entregue aos secretários da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto; da Administração e Previdência, Maria Marta Lunardon; do Planejamento, Ênio Verri. **Os secretários se comprometeram a analisar o documento na primeira quinzena de janeiro para, posteriormente, encaminhá-lo ao governador Roberto Requião.** A secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto, no final da reunião reafirmou o compromisso e o interesse em analisar e encaminhar os resultados do estudo no início de 2008. De acordo com a secretária “*Vamos trabalhar para que isto seja efetivado*”.²

2008: A NECESSÁRIA RETOMADA DO MOVIMENTO

Ao final da primeira quinzena de janeiro deste ano, as entidades representativas dos docentes, por meio do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, solicitaram reunião, em caráter de urgência, com os representantes das secretarias envolvidas na discussão da revisão da carreira Docente (SETI, SEAP, SEPL) para tratar dos encaminhamentos do Governo a respeito do processo de revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Docentes das IEES/PR.

Em resposta ao Ofício enviado pelo Comitê, o secretário da SETI (em exercício) manifestou-se nos seguintes termos:

Ofício nº. 0108/08-GS/SETI

Curitiba, 29 de janeiro de 2008.

Em atenção à correspondência datada de 23.01.2008, informamos que, contatados os Gabinetes da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação geral (SEPL) e Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), não conseguimos encontrar uma data que viabilizasse a reunião no prazo solicitado por esse Comitê.

As iniciativas referentes aos encaminhamentos acordados com os representantes das Entidades Sindicais e das administrações das Universidades no final do ano passado estão sendo executadas. Neste sentido, foi realizada reunião dos Secretários e dos técnicos da SETI, da SEAP e da SEPL para análise da proposta de regulamentação do quadro de cargos em comissão (CCs) e funções gratificadas (FGs) das Instituições Estaduais de Ensino Superior, no dia 28 p.p.

Neste momento, estamos aguardando definição de agenda solicitada pelos titulares das três Secretarias acima referidas com o Senhor Governador.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemos-nos

Atenciosamente

Jairo Queiroz Pacheco

Secretário de Estado em Exercício

Conforme manifestação da Seti, transcrita acima, a revisão da carreira docente com a consequente **definição de um novo piso salarial continua indefinida e o governo estadual continua postergando a apresentação de uma proposta oficial.**

INDICATIVO DA DIRETORIA DA ADUNIOESTE

A Diretoria da Adunioeste entende que, no máximo até o final deste mês de fevereiro, cabe ao Governador Requião se pronunciar a respeito da proposta de piso salarial apresentada pelos representantes docentes e pelas reitorias. **A Diretoria do sindicato avalia que o período de conversação com o governo se esgotou. Caso o governo estadual não se pronuncie em relação aos resultados produzidos pelo Grupo de Trabalho e anuncie um índice de reajuste salarial, resta-nos discutir a construção de greve dos docentes de todas as universidades estaduais. Neste sentido, a ADUNIOESTE propõe uma assembléia docente unificada a ser realizada no início de março. Até lá, reuniremos o Comitê onde discutiremos esta proposta com as demais entidades representativas dos docentes das outras universidades.**

² As afirmações da secretária Lygia e dos demais secretários foram divulgadas pela Agência Estadual de Notícias (“*Ensino Superior: Governo analisa a reestruturação da carreira docente universitária*” – Arquivo de Notícias: 18/12/2007)